

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

**CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EDITAL Nº 05/2024 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

A CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o Edital nº 02/2023 de Abertura de Inscrições, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 22 de dezembro de 2023, resolve **RETIFICAR** o item indicado abaixo:

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**Leia-se como segue e não como constou:**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**ADVOGADO**

**Direito Constitucional:** Direito constitucional: Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos. Dos partidos políticos. Da organização do Estado: da organização político administrativa: da União. Das competências da União, dos Estados e dos Municípios. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Da Organização dos Poderes. Do Poder Executivo: do Presidente e do Vice-Presidente da República. Das atribuições e responsabilidades do Presidente da República. Do Poder Legislativo: do processo legislativo. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior Tribunal de Justiça. Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho. Das Funções essenciais à Justiça: do Ministério Público. Constituição do Estado de São Paulo.

**Direito Administrativo:** Administração pública. Regime jurídico administrativo. Princípios constitucionais e legais da Administração Pública. Princípios administrativos implícitos. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) e sua aplicação na Administração Pública. Poderes da Administração Pública: poderes e deveres dos administradores públicos; uso e abuso do poder; Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019 e alterações). Poder de Polícia: sentido amplo e estrito, competência, poder de polícia originário e delegado, finalidade, polícia administrativa e judiciária, limites. Organização administrativa: órgãos públicos; aspectos gerais da Administração Direta; autarquias; empresas públicas e sociedades de economia mista; fundações públicas; consórcios públicos; agências; entes de colaboração e entidades paraestatais. Ato administrativo: conceito; características e atributos; elementos e requisitos de validade; classificação dos atos administrativos; formação e efeitos; extinção, revogação, invalidação e convalidação; cassação e caducidade. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999 e alterações e Lei Estadual nº 10.177/1998 e alterações). Controle da administração pública: classificações relativas ao controle da Administração Pública; controle externo e procedimentos de tomadas de contas. Lei orgânica e regimento interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 709/1993). Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021). Licitação e

Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 13.303/2016). Serviços públicos: conceito; classificação; princípios; formas de delegação de serviço público; regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público; extinção, reversão dos bens; direitos dos usuários de serviço público. Parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004 e alterações). Agentes públicos: classificação; cargo, emprego e função pública; provimento e investidura; exercício e afastamentos; direito de greve; regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal; regime de emprego público e disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aplicáveis. Regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.261/1968 e alterações). Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2001 e alterações). Lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

**Direito Civil:** Da Pessoa Natural. Personalidade e Capacidade. Direitos da Personalidade. Das Pessoas Jurídicas. Domicílio Civil. Dos Bens: classificação, afetação e desafetação. Do Negócio Jurídico: Conceito. Classificação. Elementos essenciais gerais. Elementos acidentais (condição, termo, encargo). Defeitos do negócio jurídico (erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores), invalidade do negócio jurídico. Dos Atos Ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. Do Direito das Obrigações. Dos contratos em geral e em espécie. Dos vícios redibitórios e da Evicção. Da responsabilidade civil. Do Direito de Empresa. Do nome empresarial. Direito das coisas. Posse. Teorias da posse. Conceito, classificação, aquisição, efeitos, proteção e perda da posse. Função social da posse. Teorias da função social da posse. Conceito, conteúdo e concretização da função social da posse. Função socioambiental da posse. Direitos reais. Propriedade. Conceito, classificação, aquisição, proteção e perda da propriedade. Função social da propriedade: conceito, conteúdo e concretização da função social da propriedade. Direitos de vizinhança. Condomínio geral. Condomínio edilício. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Direitos reais sobre coisa alheia. Superfície. Servidões. Uso. Usufruto. Habitação. A concessão de uso especial para fins de moradia. A laje. Direito real à aquisição. Direito do promitente comprador. Compromisso de venda e compra. Adjudicação compulsória. Direitos reais em garantia. Penhor. Hipoteca. Do direito de família. Esponsais. Casamento heteroafetivo e homoafetivo: capacidade, impedimentos, causas suspensivas, habilitação, celebração, eficácia, direitos e deveres. Invalidade do casamento, separação e divórcio. Direito patrimonial. Regime de bens: espécies. Pacto antenupcial. Meação e sucessão do cônjuge. Usufruto e administração de bens de filhos incapazes. Bem de família. União estável heteroafetiva e homoafetiva. Aspectos constitucionais. Características, estado, impedimentos, direitos, deveres e efeitos patrimoniais. Regime de bens, meação e sucessão do companheiro. Uniões estáveis concomitantes. Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada. Sucessão. Disposições gerais. Herança. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Exclusão da sucessão. Herança jacente. Herança vacante. Sucessão legítima e sucessão testamentária. Inventário e partilha. Arrolamentos. Alvarás judiciais. Partilha de bens e direitos. Lei de Locação de Imóveis Urbanos (Lei nº 8.245/1991). Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

**Direito Processual Civil:** Da jurisdição e da ação: conceito, natureza e características; das condições da ação. Magistratura. Auxiliares da Justiça. Do Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia. Das partes e procuradores: da capacidade processual e postulatória; dos deveres e da substituição das partes e dos procuradores. Responsabilidades. Do litisconsórcio e da assistência. Da intervenção de terceiros. Da competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência. Do Juiz. Dos atos processuais: da forma dos atos; dos prazos; da comunicação dos atos; das nulidades. Preclusão. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo de conhecimento: da petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento. Valor da causa. Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. Da revelia. Da tutela provisória. Do julgamento conforme o estado do processo. Das provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal. Da audiência: da conciliação e da instrução e

juízo. Da sentença e da coisa julgada. Da liquidação e do cumprimento da sentença. Impugnação ao cumprimento de sentença. Da ação rescisória. Dos recursos: disposições gerais e recursos em espécie. Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução. Dos embargos do devedor. Da exceção de pré-executividade. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. Da suspensão e extinção do processo de execução. Dos procedimentos especiais: ação de consignação em pagamento; embargos de terceiro; ação monitória; ações possessórias. Mandado de segurança. Ação civil pública. Ação popular. Juizados Especiais Cíveis e Criminais - Lei nº 9.099/1995 atualizada. Lei nº 13.140/2015 atualizada (dispõe sobre a mediação). Lei de Locação de Imóveis Urbanos (Lei nº 8.245/1991). Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

**Direito Penal:** Princípios aplicáveis ao Direito Penal. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. Ilícitude. Culpabilidade. Concurso de Pessoas. Penas. Espécies de penas. Cominação das penas. Ação penal. Punibilidade e causas de extinção. Prescrição. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Lei nº 13.869/2019 atualizada. Lei nº 9.613/1998 atualizada. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021).

**Direito Processual Penal:** Processo penal brasileiro; processo penal constitucional. Sistemas e princípios fundamentais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições preliminares do Código de Processo Penal. Fase pré-processual. Inquérito policial. Processo, procedimento e relação jurídica processual. Elementos identificadores da relação processual. Formas do procedimento. Princípios gerais e informadores do processo. Pretensão punitiva. Tipos de processo penal. Ação penal. Ação civil *Ex Delicto*. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentes. Prova. Do Juiz, do Ministério Público, Do Acusado e Defensor, Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 atualizada). Citações e intimações. Atos processuais e atos judiciais. Do processo comum. Da Instrução criminal. Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri. Da acusação e da instrução preliminar. Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária. Da preparação do processo para julgamento em plenário. Do alistamento dos jurados. Do desaforamento. Da organização da pauta. Do sorteio e da convocação dos jurados. Da função do jurado. Da composição do tribunal do júri e da formação do conselho de sentença. Da reunião e das sessões do tribunal do júri. Da instrução em plenário. Dos debates. Do questionário e sua votação. Da sentença. Da ata dos trabalhos. Das atribuições do presidente do tribunal do júri. Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular. Dos processos especiais. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. Do processo sumário. Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso. Lei nº 10.259/2001 atualizada (juizados especiais cíveis e criminais). Prazos: características, princípios e contagem. Nulidades. Recursos em geral. *Habeas corpus*. Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 atualizada (Lei de Execução Penal). Disposições gerais do Código de Processo Penal.

**Direito do Trabalho:** Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal de 1988). Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso. Trabalho intermitente: regramento legal; características; peculiaridades. Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho. Do grupo econômico: conceito e caracterização; consequências no contrato de trabalho; da sucessão de empregadores: conceito e caracterização; consequências

no contrato de trabalho; da responsabilidade solidária e subsidiária. Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características; contrato por prazo determinado. Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o *jus variandi*; princípio norteador da alteração do contrato de trabalho. Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: hipóteses, caracterização e distinção. Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da rescisão por acordo mútuo; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização. Do aviso prévio. Prazo do aviso prévio. Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável. Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; Jornada *in itinere*; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas. Jornada de trabalho do advogado empregado (Lei 8906 de 1994). Do salário mínimo: irredutibilidade e garantia. Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias. Das férias coletivas. Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; parcelas salariais e indenizatórias componentes da remuneração; 13º salário. Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio e acúmulo de função. Da arbitragem. Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Da prescrição e decadência. Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; das atividades insalubres ou perigosas. Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor. Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade. Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho. Do direito de greve; dos serviços essenciais. Das comissões de Conciliação Prévia. Da renúncia e transação. Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017 atualizada). Dano moral e material nas relações de trabalho. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 atualizada. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho em matéria de Direito do Trabalho. Súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal em matéria de Direito do Trabalho.

**Direito Processual do Trabalho:** Da Justiça do Trabalho: organização e competência. Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Composição do Tribunal Superior do Trabalho. Do Quinto Constitucional (advogados e membros do Ministério Público). Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça e oficiais de justiça avaliadores. Dos Peritos Judiciais: responsabilidade pelos honorários periciais, Gratuidade de Justiça. Do Ministério Público do Trabalho: organização. Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do CPC). Prescrição e decadência. Prescrição intercorrente. Dos atos, termos e prazos processuais; suspensão e interrupção dos prazos processuais; do recesso do Poder Judiciário. Da distribuição. Do valor da causa no Processo do Trabalho; Das custas e emolumentos. Custas e emolumentos para a Fazenda Pública. Hipóteses de isenção. Das partes e procuradores; do *jus postulandi*; da substituição e representação processuais. Da representação da massa falida e das empresas em Recuperação judicial. Do litisconsórcio no Processo do Trabalho; da assistência judiciária; dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados; responsabilidade pelo pagamento dos honorários sucumbenciais no Processo do Trabalho. Das nulidades e das exceções: hipóteses ensejadoras, prazo e forma de arguição. Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão. Das provas: prova testemunhal; prova pericial; prova documental; ônus da prova no Processo do Trabalho. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar. Do procedimento ordinário e sumaríssimo. Dos procedimentos especiais: inquérito para apuração de falta grave, ação rescisória e mandado de segurança. Da ação civil pública. Da sentença e da coisa julgada; da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento. Dos dissídios coletivos:

extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa. Da execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida. Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens. Garantias na execução. Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990 atualizada). Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiro. Da praça e leilão; da arrematação; das custas na execução. Dos recursos no processo do trabalho. Normas atinentes ao Processo Judicial Eletrônico; Lei nº 13.467/2017 atualizada. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho em matéria de Direito Processual do Trabalho. Súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal em matéria de Direito Processual do Trabalho. Normas dos Tribunais Superiores em matéria de Direito Processual do Trabalho.

**Direito Previdenciário:** Da Seguridade Social: disposições gerais sobre a Seguridade Social, contribuições para a Previdência Social. Do Regime Geral de Previdência Social – RGPS: princípios da Previdência Social, Segurados, filiação e inscrição, salário de contribuição, contribuições previdenciárias, acidente de trabalho, moléstias ocupacionais e eventos equiparados, regras gerais do plano de benefícios e serviços, benefícios e serviços previdenciários em espécie, processo administrativo e judicial previdenciário. Dos Regimes Próprios de Previdência Social. Lei de Custeio (Lei nº 8.212/1991). Lei de Benefícios (Lei nº 8.213/1991). Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999).

**Direito Tributário:** Do Sistema Tributário Nacional: Competência tributária, Limitações da competência tributária. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Distribuição de Receitas Tributárias. Normas gerais de Direito Tributário: legislação tributária, vigência da legislação tributária. Obrigação Tributária: fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Constituição de Crédito Tributário: lançamento, modalidades de lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário: isenção, anistia. Garantias do crédito tributário. Administração tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões negativas. Constituição Federal. Código Tributário Nacional.

**Direito Societário:** Tipos de sociedade. Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/1976): Características, denominação, objeto social, capital social, ações, estatuto social. Acionistas: acionista controlador. Assembleia Geral: competência privativa, convocação, quórum de instalação, ata da assembleia, espécies de assembleia. Conselho de Administração e Diretoria. Conselho fiscal. Dissolução, Liquidação e Extinção. Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão. Grupo de Sociedades. Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016): Disposições aplicáveis às empresas públicas e sociedades de economia mista. Do regime societário da empresa pública e sociedade de economia mista: Normas gerais, Acionista controlador, Administrador, Conselho de Administração, membro independente do Conselho de Administração, Diretoria, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal. Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista. Decreto Estadual nº 62.349/2016 e alterações.

**Direito Ambiental:** Constituição Federal de 1988. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981 atualizada). Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985 atualizada). Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997 atualizada). Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei 9.985/2000). Lei Complementar nº 140/2011. Resoluções CONAMA, especialmente as Resoluções nº 01/1986; 237/1997; 319/2002. Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979 atualizada). Código Florestal: (Lei nº 12.651/2012). Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006). Lei de Acesso à Informação Ambiental (Lei nº 10.650/2003). Lei de Crimes e Infrações Administrativas Federais (Lei nº 9.605/1998 atualizada). Estadual: Legislação correlata à legislação federal. Lei nº 997/76 e seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 8.468/1976.

Política Estadual do Meio Ambiente - Lei nº 9.509/1997 e seu regulamento (Decreto nº 47.400/2002 e alterações). Lei do Cerrado e de proteção de outros biomas específicos. Legislação de áreas contaminadas. Legislação de proteção aos mananciais e de proteção e recuperação dos mananciais. Lei da Política Estadual de Recursos Hídricos. Legislação de mudanças climáticas.

**Os demais itens do referido Edital nº 02/2023 de Abertura de Inscrições, permanecem inalterados.**

**São Paulo/SP, 22 de janeiro de 2024.**

**CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**